



# Anais da Assembléia

N.º 140

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE OUTUBRO DE 1976.

ANO II

## 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 213.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1976 (QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Alberto Oliveira e Nilso Sguarezi.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforma avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 153/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 312/76, Mensagem 86/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de CAMPO MOURÃO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a Sessão.

## 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 214.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1976

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Alberto Oliveira e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel,

Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Padre ALOIS JOÃO MANN, ocorrido no dia 19 de outubro do corrente, na cidade de Cascavel.

Seu passamento encheu de tristeza uma cidade que aprendeu a admirá-lo.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência ao Reverendíssimo Arcebispo de Toledo, Dom Armando Cirio e à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1976.

(a) EGON PUDELL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, requer após ouvido o Plenário, voto de congratulações pela comemoração de seus 110 anos de existência da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba, que servindo a seus 15.000 adéptos bem como a todos os curitibanos, em primeiro plano a serviço do Evangelho de Jesus Cristo, e perfeitamente integrada à nossa Capital, mantém o Colégio Martinus, com grande conceito, instruindo 1.700 jovens, preocupado igualmente com os mais idosos, está construindo com recursos próprios e doações de seus membros e amigos o "Lar Ebenezer", com capacidade para 120 internos, prestando também serviços de Assistência Social, além de manter a LAJEL que abriga jovens estudantes providos do interior para estudar nesta Capital.

Daf porque propomos este voto de congratulações à Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba, ao que solicitamos o apoio dos nobres Srs. Deputados com assento nesta Casa de Leis Outrossim, requer que da decisão do Plenário, seja dado

ciência à entidade com sede na Igreja do Redentor, à rua Trajano Bastos, 199, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1976.

(a) WERNER WANDERER

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer seja inserto na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações pela abertura em São Paulo - SP, da XXX Assembléia Médica Mundial, bem como a transferência de posse da presidência da Associação Médica Mundial a ser exercida, desde dia 25 último, pelo Dr. Pedro Kassab.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, do inteiro teor deste seja dado conhecimento ao Dr. Pedro Kassab, Presidente da Associação Médica Mundial, em São Paulo - SP.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1976.

(a) PAULO CAMARGO

### JUSTIFICATIVA:

A XXX Assembléia Médica Mundial reunirá até dia 30 próximo os mais importantes especialistas da área da saúde de 50 países.

O Tema principal da Assembléia será a poluição, a partir do que serão realizadas diversas conferências abrangendo: "POLUIÇÃO COMO FATOR DE ENDEMIAS E EPIDEMIAS", "A POLUIÇÃO E OS ALIMENTOS", "A POLUIÇÃO NA PATOLOGIA DO TRABALHO", "A POLUIÇÃO NOS ATOS MÉDICOS", "POLUIÇÃO E SOCIEDADES".

Conforme se depreende, o impasse ecológico alcança em tempo a área médica mundial que já se movimenta no sentido de amenizá-lo: tema tão momentoso quanto grave, mormente quanto às endemias de malária, Doenças de Chagas e esquistossomose, que, em termos nacionais, segundo o próprio Sr. Ministro da Saúde, Dr. Paulo de Almeida Machado, assolam o País inteiro.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Exmos. Srs. Dr. JAYME CANET JUNIOR, DD. Governador do Estado e Dr. GASTÃO DE ABREU PIRES, DD. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, sugerindo-lhes seja adotada por nosso Estado, fórmula semelhante àquela que consta na Constituição de Minas Gerais, e está prestes a ser adotada pelo vizinho Estado de São Paulo, quanto à contagem de tempo de serviço para fins de aposentadoria, prestado antes da vigência da Constituição de 1967, segundo exposição contida na justificativa que acompanha este expediente.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

### JUSTIFICATIVA:

Conforme tivemos ciência, a Associação dos Funcionários Públicos do Paraná, há vários meses, encaminhou ao Exmo. Sr. Secretário dos Recursos Humanos, para fins de estudo, cópia dos seguintes dispositivos de Lei:

#### CONSTITUIÇÃO DE MINAS GERAIS:

"Art. 222 — A lei assegurará, ao funcionário que tiver tempo de serviço prestado antes de 13 de maio de 1967, o direito de computar esse tempo para efeito de aposentadoria, proporcionalmente ao número de anos de serviço a que estava sujeito, no regime anterior, para obtenção do benefício".

Lei número 5140, de 13 de dezembro de 1968, do Estado de Minas Gerais que regulamentou o artigo 222 acima transcrito:

"Art. 1.º — ... o tempo de serviço público prestado anteriormente a treze (13) de maio de 1967, será contado proporcionalmente, para efeito de aposentadoria, em relação ao número de anos de serviço a que o funcionário estava então sujeito, para obtenção do benefício.

Art. 2.º — Para efeito do cálculo proporcional referido no artigo anterior, será utilizada a fórmula  $TN/TA$  igual a  $X/TC$ , na qual TN representa o tempo atualmente exigido para aposentadoria, TA representa o tempo exigido pelo regime anterior, X representa o valor proporcional a ser obtido e TC representa o tempo de serviço efetivamente computado".

Por outro lado, notícia estampada no conceituado jornal "Folha da Tarde", da editora "O Estado de São Paulo", do dia 17 de março do corrente ano, dá-nos ciência de que, por iniciativa de dezenas de deputados, teria sido proposta a emenda constitucional número 01/76, à Carta Magna daquele vizinho Estado, possibilitando a adoção de norma semelhante à de Minas Gerais.

Como representante de significativa parcela do povo paranaense nesta Casa de Leis, no momento em que apresentamos sugestão para que também adotemos dispositivos similares, não podemos deixar de fazer alguns reparos quanto à data do direito adquirido à aposentadoria pela lei anterior.

Devemos lembrar, que na oportunidade da elaboração do texto constitucional que entrou em vigor no dia 15 de março de 1967, ouviu-se a voz de um representante paranaense levantada na Câmara Federal em favor dos funcionários que estavam prestes a se aposentar. Dessa maneira, surgiu a denominada "Emenda Accioly Filho", assim inserida em nossa Carta Magna de 1967:

"Art. 177 — Fica assegurada a vitaliciedade aos professores catedráticos e titulares de ofício de justiça nomeados até a vigência desta Constituição, assim como a estabilidade de funcionários já amparados pela legislação anterior.

Parágrafo Primeiro — O servidor que já tiver satisfeito, ou vier a satisfazer, dentro de um ano, as condições necessárias para a aposentadoria nos termos da legislação vigente na data desta Constituição, aposentar-se-á com os direitos e vantagens previstos nessa legislação".

Ora, tomando-se em conta que o artigo 189 dizia expressamente: "Esta Constituição será promulgada, simultaneamente, pelas Mesas das Casas do Congresso Nacional e entrará em vigor no dia 15 de março de 1967", não temos a menor dúvida de que ficou assegurado, no que tange a aposentadorias, até 15 de março de 1968, o direito adquirido na vigência da legislação anterior.

O dispositivo de nossa Constituição Estadual de 1967, a respeito do assunto, era o seguinte:

"Art. 143 — Fica assegurada a vitaliciedade aos professores catedráticos e titulares de ofício da Justiça, nomeados até a vigência da Constituição Federal, assim como a estabilidade de funcionários já amparados pela legislação anterior.

Parágrafo Primeiro — O servidor que já tiver satisfeito, ou vier a satisfazer, dentro de um ano da data da Constituição Federal, as condições necessárias para a aposentadoria, nos termos da legislação vigente naquela data, aposentar-se-á com os direitos e vantagens previstas nessa legislação".

Portanto, o Paraná seguindo as normas da União, assegurou a seus funcionários o referido instituto de direito constitucional consagrado pela Carta de 1967.

Faltou, todavia, maior clareza para que se pusesse em prática esse direito, que fora assegurado aos servidores públicos, fato que foi previsto pelos mineiros e tornado expresso no texto de sua Constituição Estadual, regulamentada por lei ordinária.

Partindo daquela legislação já existente e colocada em prática, cabe ao Poder Executivo de nosso Estado tomar a iniciativa para que nossos funcionários públicos possam gozar de

idêntico benefício.

Dada a proximidade do dia 28 de outubro, data consagrada àqueles servidores, a ocasião parece-nos propícia para que se resolva implantar em nosso Estado a fórmula já adotada por Minas Gerais, com a ressalva de que a contagem de tempo de serviço em tela deverá ser deferida a funcionários que ingressaram na administração estadual antes de 13 de maio de 1967, mas, com direito à proporção anterior até a data de 15 de março de 1968, conforme lhes assegurou os dispositivos legais acima transcritos.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresento um requerimento solicitando a inserção na ata dos nossos trabalhos, de um editorial publicado no jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Invasão de Arruaceiros", cujo texto passo a ler, neste instante. (Lê):

"Em escabroso e lamentável episódio de invasão da residência do jornalista Roberto Barroso Filho, por cerca de 50 jovens, que desejavam, a qualquer custo, participar do acontecimento festivo, que se desenvolvia no recesso do lar desse cidadão e registrado por nossas colunas na edição de domingo, não se pode esgotar, apenas e simplesmente, num registro noticioso.

Se fizemos observação, naquela oportunidade, de que a polícia, somente chegou ao local 45 minutos após ter sido chamada, isto não quer dizer que críticas devam ser feitas, exclusivamente, ao atraso verificado na ação desses servidores públicos, que têm a função de proteger os integrantes da comunidade. Há outros aspectos que devem ser postos em relevo.

A primeira observação que desejamos fazer é que esse tipo de incidente não se constitui num fato isolado. Ao revés, já se vem fazendo, tristemente, um hábito em Curitiba, mormente nos finais de semana. Jovens, que se aproximam das condições de marginais, em bandos, organizam-se para cometer estrepolias, arruaças, invadindo residências onde se fazem recepções sociais.

Quebram carros, agredem, causam confusões, praticam violências e desaparecem, para reunirem-se em determinados e conhecidos bairros. Muitas vezes, usando estupefacientes, se tornam, realmente, irresponsáveis, podendo — o que é muito fácil de ocorrer — haver resultados que não se limitam às escoriações e fraturas, indo mais longe as consequências dessas formas de "diversão" onde a violência é a grande forma de excitação e de estímulo.

Ao afirmar, com toda a segurança que o fato por nós, então registrado, não é isolado, isto nos leva a tentar ser o porta-voz de muitas dezenas de famílias curitibanas que já passaram por tais situações vexatórias. Temos conhecimento de que muitos curitibanos, simplesmente resolveram deixar de fazer pequenas festas, em suas residências, com o temor de que as consequências possam ser extremamente negativas.

Ora, entende-se a Polícia Civil como um instrumento do poder público, pago pelos contribuintes em geral, que deve ter sua ação, também e principalmente com o sentido preventivo. Se há tanto tempo vimos sabendo — e melhor do que nós a própria Polícia — de ocorrências dessa natureza, era justo, nesta altura dos acontecimentos, que medidas de maior profundidade fossem adotadas já há mais tempo.

Uma ação policial, um pouco mais detida, haveria de revelar os locais de encontro desses bandos, quais os seus organizadores, para que eles não se propaguem, antes, sejam extintos, a fim de que nossa sociedade não seja alvo de atentados, de grosserias, de violências, como se fôssemos cidade à mercê da irresponsabilidade de alguns adolescentes que vivem, tristemente, um

dos mais fortes signos de nosso tempo, que é a violência".

Senhor Presidente, Srs. Deputados, o fato, como bem salientou o Deputado Gabriel Manoel, é do conhecimento de grande parte da comunidade paranaense. E a vítima, no caso o jornalista e radialista Azor Silva, que foi alvo de estúpida agressão por parte de marginais irresponsáveis, continua internado em Hospital de Curitiba. O fato que nos chama a atenção, que nos preocupa, foi a omissão da polícia paranaense, da polícia de Curitiba.

Esta Casa nos últimos anos sempre apoiou e aprovou as reivindicações do Poder Executivo no atendimento à Polícia do Estado do Paraná. Foi esta Casa, Srs. Deputados, que aprovou a criação do Funrespol, no sentido de que o governo pudessem equipar melhor os homens responsáveis pela segurança no Paraná. Eu me lembro que em uma das sessões da Assembléia foram ditas loas ao Governo do Estado, pela maneira como equipava a Polícia Civil do Paraná. Carros foram fotografados em frente ao Palácio Iguaçu e neste plenário foi feita afirmativa de que, enfim, haveria paz, segurança e tranquilidade no Paraná.

No entanto, a brutalidade do acontecimento atinge a população do Paraná, atinge a população de Curitiba, causando revolta. Mas o que nos causa mais preocupação é a omissão da Polícia, que recebendo chamado telefônico, solicitando sua intervenção, demorou APENAS 45 minutos, sabendo-se que o local em que se realizava a referida festa, nas proximidades do Colégio Estadual do Paraná, dista no máximo 5 minutos, se uma providência imediata fosse adotada, por parte da Polícia do Paraná.

Portanto, fizemos questão não simplesmente da transcrição do editorial da "Gazeta do Povo", que lemos nesta oportunidade, mas, fizemos questão de chamar a atenção para o fato, porque é preciso que a Polícia seja responsabilizado pelo acontecimento verificado.

Que não só seja responsabilizada, como as pessoas que deveriam ou que estavam de plantão seja incursas numa sindicância, cuja abertura deverá ser determinada pelo Sr. Secretário, a fim de sabermos quais as razões pelas quais não foi feito pronto atendimento.

O Sr. Del Ciel — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento)

Pela observação do eminente Deputado, pudemos constatar que a população de Curitiba ainda é menos infeliz do que aquela que habita a nossa região, porque aqui ainda, após 45 minutos ou 1 hora, chega o agente ou a viatura policial. Na nossa região é comum o cidadão telefonar para a Polícia, denunciando a presença de um marginal, de um ladrão, e a resposta que se obtém é sempre esta: prenda-o e traga-o à Delegacia, porque não temos gasolina. A diferença, então, eminente Deputado, para o interior do Estado, no setor de segurança, é muito grande. É uma tese que deve ser examinada com muita atenção pelos órgãos responsáveis pelo setor no Paraná, não só na Capital mas em todo o interior do Estado, dotando a Polícia de melhor equipamento e atendimento no setor de segurança, para tranquilidade de nossa gente.

O SR. MAURÍCIO FRUET - Agradeço o aparte de V. Exa., e gostaria de aduzir, Sr. Deputado, que o fato registrado no final da semana na residência do jornalista Roberto Barroso, em que foi vítima o jornalista e radialista Azor Silva, é um fato muito comum em Curitiba. Na maior parte das vezes, no entanto, o agredido, as residências violadas, perseguições comuns em carros de madrugada não são registradas queixas junto à Polícia porque a própria comunidade entende que não adianta fazer a respectiva queixa ou mesmo a solicitação por parte da autoridade competente, porque, infelizmente, a Polícia perdeu muito da credibilidade perante a comunidade de nossa Capital.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Estamos atentamente ouvindo o seu depoimento em favor deste povo que, muitas vezes, é agredido por maus policiais.

Entretanto, não podemos responsabilizar por isto o Secretário que está encarregado da segurança de nosso Estado.

Pode V. Exa. estar certo que estamos unidos com o nobre Deputado no sentido de que o povo do Paraná, principalmente o povo da Capital alvicaireira deste nosso Estado, tenha paz, segurança e tranqüilidade.

Gostaríamos que V. Exa. dirigisse requerimento ao Sr. Secretário de Segurança, ao qual desejaríamos apor a nossa assinatura, apelando para que seja feito um bom policiamento em nossa Capital e que os maus policiais tenham a punição que merecem.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço a solidariedade de V.

Exa. mas entendo não haver necessidade de formular o referido requerimento, mesmo porque o eminente Deputado Gilberto Carvalho, um dos dignos vice-líderes da bancada, hoje no exercício da liderança, se encontra presente no plenário e por certo, pois reconheço a sua honestidade e a maneira como encara o bem público, tomará as providências junto às autoridades competentes.

O que pediríamos é que estas providências fossem realmente divulgadas à população de Curitiba e que a mesma fosse informada: primeiro - qual a razão da omissão da autoridade de plantão da Polícia em não adotar as medidas imediatas para atendimento do fato.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estamos acompanhando o pronunciamento de V. Exa. com toda a atenção.

Informo ao nobre Deputado que tenho audiência marcada com o Sr. Secretário de Segurança para hoje às 17 horas.

Ontem não foi possível porque S. Exa. se encontra em Londrina.

É com tristeza que recebemos a notícia do fato acontecido na residência do jornalista Roberto Barroso Filho.

Sabemos que o Sr. Secretário está agindo com as melhores das intenções no sentido de corrigir as falhas, a fim de oferecer maior segurança à nossa população.

No interior do Estado sabemos que, dadas as dificuldades de recursos financeiros, a Secretaria de Segurança tem feito convênios com as Prefeituras e as Prefeituras dão a manutenção.

Por este motivo recebemos com surpresa o depoimento do Deputado Del Ciel.

Mas, nobre Deputado, pode ficar certo que iremos levar ao conhecimento do Sr. Secretário, hoje à tarde, estes fatos.

A semana passada a COP deu uma batida e algumas arbitrariedades foram cometidas por certos policiais uma vez que ultrapassam a sua autoridade.

Levaremos ao conhecimento do Sr. Secretário, como já disse, todos estes fatos.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Respondendo as ponderações do eminente Líder em exercício da bancada da ARENA devo dizer que conheço, há muito, o Sr. Secretário de Segurança, e conheço a sua sensibilidade.

Entretanto, tenho a dizer que, apesar de toda a nossa amizade, a revolta da população curitibana foi tão grande que, no nosso entender foi necessária a nossa presença na tribuna na tarde de hoje.

O Sr. Del Ciel — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MAURÍCIO FRUET — Antes de conceder o aparte ao nobre Deputado Del Ciel, gostaríamos, já que V. Exa. tem audiência com o General Alcindo, de que fosse averiguada, por que razão houve esta omissão por parte das autoridades policiais.

Segundo, qual é o tempo médio de atendimento em que a polícia chega ao local da ocorrência quando solicitada a sua presença.

Como bem sabe V. Exa., por exemplo, na Capital do Estado de São Paulo, e mesmo em Porto Alegre, Capital do Rio Grande do Sul, foi fixado em tempo médio de atendimento para ocorrências, que não ultrapassa 6 minutos, tendo em vista a localização.

Em diversos pontos da cidade, rodando, têm viaturas equipadas com serviço de rádio e que, no instante em que uma pessoa é ofendida, e o fato é comunicado à autoridade, no máximo em seis minutos, está presente esta viatura.

Tempo que, para o Brasil é razoável mas que, para a Europa Ocidental, e os Estados Unidos deixa muito a desejar.

A média da chegada da ocorrência é de um minuto e trinta segundos.

De qualquer forma, haveria necessidade de um melhor aperfeiçoamento neste sentido, principalmente porque nós temos todas as condições morais para cobrarmos da Polícia Civil do Estado do Paraná uma maior atenção às comunidades, uma vez que esta Assembléia nunca negou qualquer pedido formulado pelo Poder Executivo que beneficiasse a Polícia do Estado do Paraná, não só em termos de melhores rendimentos; e nós continuamos entendendo que o salário dos policiais do Estado é um sub-salário, é um salário de miséria.

Mas, de qualquer maneira, esta Assembléia sempre esteve pronta a atender as reivindicações neste sentido formuladas pelo Poder Executivo.

Também em termos de equipamentos, com a aprovação do FUNRESPOL por esta Casa Legislativa, na Legislação passada.

E, finalmente, como terceiro ponto antes de conceder o aparte ao Deputado Del Ciel, nós gostaríamos que a Polícia apresentasse, num breve espaço de tempo, a relação dos culpados pelo banditismo, pela selvageria, pela estupidez cometida contra o jornalista e radialista Azor Silva.

O fato ocorreu sábado e, até agora, não se tem idéia das medidas punitivas que serão adotadas, o nome dos culpados.

Enfim, a necessidade de se adotar uma medida que possa servir de exemplo a que fatos desta natureza, tristes, horripilantes, não se repitam mais.

Concedo o aparte ao Deputado Del Ciel.

O Sr. Del Ciel — Insisti, eminente Deputado, em apartear-lo, para esclarecer ao eminente Vice-Líder do Partido Situacionista, com relação a informação que fornecemos nesta tribuna.

Para aclarar dúvidas que possam ter persistido, em Londrina, além da grande contribuição na manutenção dos veículos, que contam com a participação da Prefeitura Municipal, o próprio município foi levado à aquisição de viaturas para a criação de serviços de rádio-patrolha.

E ainda, quando éramos Vereadores, fizemos lá um movimento, estivemos aqui na Secretaria de Segurança, e oferecemos, certamente, alguma contribuição também para a criação de serviço de rádio-patrolha.

Mas, o problema se agrava em todo o Estado do Paraná.

Há poucos dias estive em um município, onde também está vinculado o eminente Deputado Gilberto Carvalho, São João do Ivaí, o brilhante Deputado Álvaro Dias e eu, juntamente com os nossos companheiros do MDB, onde promovemos um comício, um encontro cívico com o povo obreiro daquela terra.

E lá, não só faltavam viaturas, eminente Deputado, como também faltavam agentes, e policiais.

Pudemos observar a inoperância, a imprudência, a irresponsabilidade do Delegado que tem, a si confiada, a missão de assegurar a tranqüilidade, a paz, àquela comunidade.

E a ausência da comunicação às autoridades, daquele encontro cívico, daquele comício do nosso partido político, principalmente quando houve tumultos provocados por alguns

cidadãos mal orientados. Teve este comício um desfecho negro, triste, com ferimentos provocados em senhoras e crianças e, infelizmente, não vimos sequer uma autoridade policial que houvesse sido comunicada em tempo hábil, como determina a Legislação eleitoral.

Estava ali caracterizada, então, a inexistência não só de falta de material, mas de falta de responsabilidade dos homens encarregados da segurança daquele município, onde tem grande relacionamento o eminente Vice-Líder da bancada Governista desta Casa.

Eu agradeço a V. Exa. e me desculpo pela persistência em solicitar seguidos apartes.

**O Sr. Gabriel Manoel** — V. Exa. permite um aparte?

**O SR. MAURÍCIO FRUET** — Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Deputado Maurício Fruet, desta explanação, desta celeuma, está se criando em torno do policiamento, em torno do respeito à causa pública, em torno do respeito ao homem.

Infelizmente vou relembrar fatos em que nós do partido governista tivemos também dissabores e sofremos na carne, não sei porque motivo, o exemplo do mau policiamento paraense.

Isto foi causa de celeuma na própria Assembléia, quando a voz da razão falou mais alto do que a voz do coração.

É neste instante que temos que dialogar e procurar um denominador comum para que haja paz e tranqüilidade em nossa terra.

Há pouco tempo, Sr. Deputado, tivemos a insatisfação de ver baixar à pequena cidade de Abatiá um verdadeiro aparato bélico, quando ali casava um Vereador Arenista, o qual, por questão de magia ou de falsidade da outra facção arenista, fora denunciado para o Batalhão de Jacarezinho.

Solicitamos desta tribuna que, pelo menos, um esclarecimento fosse dado e, até hoje, para tristeza nossa, para tristeza dos homens deste Poder Legislativo, não tivemos resposta nem sequer do Comandante do 2.º Batalhão de Jacarezinho.

Fizemos isso, como Deputado da ARENA, procurando defender a causa justa do Governo e procurando cooperar, com uma pequena parcela, pelo muito que este povo tem feito por este Poder.

Sr. Deputado, não tivemos o prazer de ter pelo menos uma satisfação daquele Poder, onde, a pretexto e a título de operação arrastão, que se faz apenas nos regimes totalitários, tivemos naquela época - três meses atrás - 50 policiais armados de metralhadoras, naquela pequenina cidade que é Sant'ana do Itararé.

Denunciamos o fato. Fomos olhados e estamos sendo olhados com maus olhos pela polícia e, principalmente, pelos responsáveis pelo 2.º Batalhão de Jacarezinho, e, até hoje, pasmem, Srs. Deputados, não obtivemos resposta.

Parece, então, como dissemos nós, que estamos num País onde os famigerados policiais não querem outra coisa a não ser dar aquela impressão de que o político, de que o Deputado é um homem que deve ser marginalizado.

E, como Deputado da ARENA, Deputado Maurício Fruet, nós nos sentimos entristecidos, muitas vezes vendo companheiros nossos sofrendo, e vendo os nossos policiais usando e abusando deste poder, a que eles não têm direito, porque são pagos pela coletividade para dar a essa mesma coletividade a tranqüilidade que ela merece.

Não estranhe Deputado Del Ciel que em sua cidade tenha havido uma arbitrariedade, porque na pequenina cidade de Sant'ana do Itararé houve esse aparato bélico que foi respondido por um major que aqui tem uma pessoa de sua família à disposição da Assembléia e talvez seja por isso que ele tentou defender a sua facção arenista.

Queríamos evitar, mas como com a voz da razão não é possível se calar, é preciso que se fale e que se diga: temos que por um paradeiro, temos que deixar o policiamento para os policiais e a política para os políticos; e os maus policiais, os maus soldados, devem pagar e que se diga um - basta - para esta politicalha de policiais que estão tumultuando nossa terra e e nossa gente.

Estou, inteiramente, solidário com V. Exa.

Quero dizer, que estava sozinho, que não tive a solidariedade de nenhum companheiro meu na pequenina cidade de Sant'Ana porque o major que comanda aquela operação de famigerados, tem sua esposa à disposição desta Assembléia e é, neste momento, que nos irritamos e é neste momento que nos irritamos e é neste momento que clamamos justiça para nosso povo e, é neste momento, Sr. Presidente, que nós confiamos em homens da estirpe de V. Exa., que vêm dizer a verdade nesta tribuna.

E, é neste momento que se precisa dizer o que precisa ser dito.

E sabe V. Exa. que estarei com V. Exa., estarei com o povo, sem falso messianismo, para que se ponha um paradeiro, para que não se faça joguete dos políticos que não querem outra coisa, a não ser o bem de sua terra e de sua gente.

Meus parabéns, Deputado Maurício Fruet.

E queira saber V. Exa., que haverei de lutar para que haja paz e tranqüilidade, tanto em Curitiba, como no interior do nosso Estado e, esse major que denunciei hoje, mais uma vez, mandou um aparato bélico porque sua esposa está à disposição desta Assembléia.

Muito obrigado.

**O SR. MAURÍCIO FRUET** — Agradeço o aparte de V. Exa. e quero cumprimentá-lo porque, na verdade, entendemos também, que o setor segurança deve extrapolar, absolutamente, das áreas de influência política, quer seja do Partido de V. Exa., quer seja do nosso Partido.

No momento em que há ingerência política na Polícia, na Segurança, gera insegurança, gera intranqüilidade e dá margem para que um inspetor de quartirão mal preparado, aja contra as disposições legais, aja contra os interesses da coletividade, atue contra os interesses da população.

Concedo o aparte ao eminente Deputado Gilberto Carvalho.

**O Sr. Gilberto Carvalho** — Sr. Deputado Maurício Fruet. Não querendo oferecer um aparte paralelo, só quero justificar, Deputado, que como estava inscrito, hoje, no Grande Expediente, dada a dificuldade que tenho na dicção, falarei na próxima sessão, para prestar esclarecimentos sobre o comício realizado naquele município de São João do Ivaí, inclusive, tenho a gravação do comício lá realizado.

São João do Ivaí é um município pacato ordeiro. Em todos os distritos, tem os policiais, existe uma viatura na sede do município que se desloca para cada um dos distritos na realização de comício.

O que provocou certo tumulto, foi a maneira como foi conduzido o comício lá e não quero entrar nesta parte, como já disse, em aparte paralelo.

Mas irei à tribuna para prestar melhores esclarecimentos a respeito, talvez, na próxima semana.

Muito obrigado.

**O SR. MAURÍCIO FRUET** — Já que V. Exa. toca neste assunto, gostaríamos de trazer ao conhecimento da Casa um fato ocorrido no último sábado no município do Sul-oeste, Verê, quando do comício do Movimento Democrático Brasileiro com a presença do Senador Leite Chaves, do Senador suplente Euclides Scalco, do Deputado Deni Schwartz, Nilso Sguarezi, Deputado Federal Sebastião Rodrigues Júnior.

Naquele município, os integrantes de uma facção do

Partido adversário, adotaram uma técnica do Vietcong, soltando vespas durante a realização do comício.

Quero dizer que esses vespas não morderam os integrantes do MDB que discursavam no palanque, tendo um dos oradores afirmado que parece que o MDB tem mel, que as abelhas não atingiram a nenhum dos oradores do nosso Partido.

De qualquer maneira, um fato isolado que, parecido, ocorreu comigo no domingo, no local denominado Ponte Queimada, na divisa do município de Matelândia e Santa Helena.

De qualquer forma, esse incidente nós levamos mais para o lado, apesar de insólito, não levamos com a seriedade que se deveria observar mesmo porque esta campanha tem sido marcada por um passionismo nunca visto, talvez, em virtude da ordem de comando emanada de S. Exa., o Sr. Presidente da República, que está sendo mal interpretada por parte de alguns cabos eleitorais mais exacerbados, fato este já motivo de observações nesta Casa em recente pronunciamento efetuada pelo Sr. Deputado Deni Schwartz.

Mas voltando ao assunto inicial, nós ficamos aguardando de S. Exa. o Deputado Gilberto Carvalho, um esclarecimento à opinião pública não só de Curitiba mas de todo o Paraná pelo violento, bárbaro e selvagem acontecimento verificado no último sábado nesta Capital e procurando saber quais as providências que serão adotadas pela Polícia do Estado do Paraná.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Esta Presidência consulta o nobre Deputado Gilberto Carvalho se se utilizará do tempo da Liderança do Partido situacionista.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, apenas para ler um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Antes da leitura do requerimento, esta Presidência por equívoco, vai consultar ao ilustre Líder do MDB se vai utilizar o tempo que lhe é reservado.

O SR. ENÉAS FARIA — Aguardaremos o pronunciamento do Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Lendo):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de congratulações e regozijo pelo transcurso, em data de ontem, dia 26, do 22.º aniversário da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, empresa das mais conceituadas e empreendedoras de nosso Estado.

Da decisão da Casa, uma vez aprovado o presente, requer-se outrossim, seja dado conhecimento ao Presidente e demais diretores daquela empresa.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1976”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Esta Presidência consulta ao Líder do MDB se vai utilizar o tempo reservado à Liderança.

O SR. ENÉAS FARIA — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 104/76, de autoria

do Sr. Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Santo Inácio de Loyola, com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI NÚMERO 104/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária SANTO INÁCIO DE LOYOLA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 116/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 104/76, que cria no município de CASCAVEL, o Distrito Administrativo de LINDOESTE. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 181/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 291/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de RIBEIRÃO DO PINHAL, objetivando execução de reparos em próprios estadual daquela comuna. — Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 187/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 315/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de CALIFÓRNIA, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o GINÁSIO ESTADUAL TALITA BRESOLIN e a UNIDADE ESCOLAR, que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 191/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 324/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de NOVA CANTU, objetivando reparos em próprio estadual daquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 210/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 340/76, Mensagem 97/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de ICARAIMA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana no referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 211/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 171/76, Mensagem 30/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, e o município de GUARANIÁÇI, objetivando construção de prédio para DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIA PÚBLICA local. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 212/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 171/76,



Mensagem 30/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segutança Pública e do Interior com o Município de GUARANIÁÇU, objetivando construção de prédio para DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIA PÚBLICA local. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 212/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 171/76, Mensagem 30/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior e o Município de INDIANÓPOLIS, objetivando construção de prédio para DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIA PÚBLICA local. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 213/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 184/76, Mensagem 48/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre a Secretaria da Agricultura e a Cia. Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, visando estabelecer normas de cooperação técnica e financeira, para assistência aos produtores, nos campos da mecanização e insumos agrícolas. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 214/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 185/76, Mensagem 49/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Universidade Federal do Paraná, objetivando conjugação de atividades na elaboração de Projetos de Ensino e Pesquisa. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 215/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 211/76, Mensagem 63/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de ICARAIMA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 216/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 215/76, Mensagem 67/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de NOVA OLÍMPIA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 100/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 107/76, referente à Proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos do Estado, para o período trienal de 1977/79. Parecer da C.O., pela aprovação do Projeto, por unanimidade. — **Aprovado.**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO**  
**PROJETO DE LEI N.º 100/76**  
**P A R E C E R**

Senhor Presidente.

Senhores Deputados.

1. Consubstanciado em dispositivos legais, o Exmo. Sr. Governador do Estado, através da Mensagem 107/76, envia para a consideração desta Assembléia Legislativa, o Projeto de Lei Orçamentária Plurianual de Investimentos, o qual visa programar recursos para o triênio 1977/79.

A ampliação quantitativa e qualificativa do Estado nas

atribuições sócio-econômicas, faz com que ele venha assumir enormes parcelas de responsabilidade pelo atendimento das necessidades vitais, advindo a validade de uma ação planejada no desenvolvimento da produção de bens e serviços e das ações reguladoras, que delineiam o comportamento dos agentes públicos na execução de atividades e projetos que idealizam alcançar a satisfação social.

Infelizmente não possui o planejamento global do Orçamento Plurianual de Investimentos nem validade de regra básica para uma ação de programa de execução, como também falta-lhe uma metodologia própria para que venha atender o que, filosoficamente, dispõe a lei.

Ao se querer alocar, na própria Lei de Meios, os recursos necessários que se destinam à execução dos projetos contidos na programação trienal, a inexistência de um efetivo sistema de planejamento, dirigido às necessidades vitais do Estado, indicando prioridades nas realizações das despesas, determinados projetos constam na lista das futuras realizações do Governo como meros indicadores de ordem político-administrativos.

No verso da medalha, por vezes, ao se estudar o que o Executivo programou, sentimos falta, como verdadeiros representantes populares que somos, de determinadas obras consideradas vitais. Se emendamos o projeto inicial, esbarramos, mais uma vez no arcaico processo orçamentário, já que as nossas intenções são relegadas ou encontram óbices na metodologia adotada para tal campo de lei.

Por vezes, as emendas relegadas e, portanto consideradas descabidas de necessidade, são, posteriormente, colocadas em prática pelo Poder Executivo, com o intuito, não desconhecido, de atender prioridades eleitorais, utilizando-se das prerrogativas do “mal-fadado” “e/ou outros”.

2. Ao nos aprofundarmos na análise da sistemática atualmente utilizada em relação aos Orçamentos Plurianuais de Investimentos, constatamos que ele não atinge o propósito de servir como instrumento para a implementação do processo integrado de planejamento e orçamento, não passando, meramente, de um rol de intenções enumeradas pelo Poder Executivo.

No analisado, com mais de 500 páginas, não encontramos em nenhum lugar as definições das prioridades governamentais nem mesmo o que presentemente se executa, o que impossibilita qualquer estudo com o intuito de delinear o que se fará para o bem do povo paranaense, pois somente se cumpre dispositivos legais, encontrando-se longe de vir atender o que queria o legislador quando determinou a confecção de tal documento.

3— Em números, o que tem sido uma constante, o nosso Plurianual aumentou em muito pois, percentualmente, nos recursos e despesas previstas para os exercícios 1977/79, em investimentos, consignadas em despesas de capital, houve um crescimento na ordem de 227 por cento.

Tal índice, foi obtido graças à iniciativa do Exmo. Sr. Governador do Estado, ao determinar que fosse incluído no Orçamento Plurianual, as despesas de todas as Entidades da Administração Indireta, em que o Estado é acionista majoritário. Ressalte-se que tal procedimento não possui exigência legal, mas justificou, o Chefe do Poder Executivo, como medida para melhor abranger toda a programação do setor público, oferecendo à comunidade condições de melhor avaliação.

4. Ao se analisar as funções programáticas, dentro de uma caracterização pré-prioridades governamentais, concluímos que a de “Indústria, Comércio e Serviços” foi a mais aquinhoadada, pois representa, sozinha, mais de 26 por cento do total alocado pelo Projeto de lei.

Infelizmente, a função de “Educação e Cultura”, a qual consideramos de maior valia para um estado que quer se firmar dentro da estrutura de progresso nacional, só foi atendida, com investimentos, de 3,73 por cento do montante do OPI.

Quanto aos demais índices o próprio Exmo. Sr. Governador

dor do Estado, em sua Mensagem, oferece os mais significativos.

Ressaltamos que, infelizmente, apesar das explicações de atitudes, não nos foi possível analisar o OPI, como uma definição do que será feito pelo Poder Executivo, pois, como supra expomos, de nada vale a aprovação de tal plano de lei, já que o mesmo poderá ser contrariado quando da definitiva execução.

5. Ressalvando o exposto e continuando com a validade eventual, da boa intenção da administração estadual, SOMOS PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI.

Sala das Reuniões, em 24 de outubro de 1976.

(aa) Jorge Sato, Presidente; Antônio Facci, Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 217/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 228/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração e o Município de CAMPO MOURÃO, objetivando execução de reparos em prédio onde funcionam DIVERSAS UNIDADES ESCOLARES daquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 217/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 01/04/76, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração com o Município de Campo Mourão, objetivando execução de reparos onde funciona o Colégio Estadual e o Grupo Escolar Afonso Botelho, naquela comuna.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto Presidente; Enéas Faria, Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 228/76

A presente Proposição 228/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Campo Mourão, objetivando execução de reparos onde funcionam o Colégio Estadual e o Grupo Escolar Afonso Botelho, naquela comuna.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do Município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 219/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 234/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de GUAIARA, objetivando execução de reparos em próprios estaduais naquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade - Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 219/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 12/04/76 entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de

Guaíra, objetivando execução de reparos onde funcionam o Grupo Escolar Mendes Gonçalves, Grupo Escolar Duque de Caxias, Grupo Escolar Almirante Tamandaré, Ginásio Estadual Pres. Roosevelt e a Delegacia de Polícia naquela comuna.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 234/76

A presente Proposição 234/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Guaíra, objetivando execução de reparos em próprios, onde funcionam o Grupo Escolar Mendes Gonçalves, Grupo Escolar Duque de Caxias, Grupo Escolar Almirante Tamandaré, Ginásio Estadual Pres. Roosevelt e a Delegacia de Polícia, naquela comuna.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do município aludido.

Isto exposto, nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 220/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 241/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de PALMITAL, objetivando reparos a serem executados em DIVERSAS UNIDADES ESCOLARES daquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 220/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22/04/76 pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Palmital, objetivando reparos a serem executados na Casa Escolar Gaspar Dutra, Casa Escolar Vasco da Gama, Casa Escolar D. Pedro I, Casa Escolar Machado de Assis, Casa Escolar José de Anchieta, Casa Escolar Gonçalves Dias, Casa Escolar Joaquim Nabuco, Casa Escolar Gaspar Lemos e Casa Escolar General Osório.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 241/76

A presente Proposição 241/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Palmital, objetivando reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de Ensino da Comuna.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do Município aludido.



Isto exposto, nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 222/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 264/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração e a Prefeitura de CONGOINHAS, objetivando reparos em próprios do Estado naquela comuna. Parecer favorável da C.C.J. por unanimidade. — Aprovado.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 222/76**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**R E S O L V E:**

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30/12/76 entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura de Congoinhas, objetivando execução de reparos em próprios do Estado naquela comuna.

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER À PROPOSIÇÃO 264/76**

A presente Proposição 264/76 tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa, para o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Congoinhas objetivando execução de reparos em próprios do Estado naquela comuna.

Constitucionalmente, é de competência do Governo do Estado a celebração de convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do Município referido.

Isto exposto, nosso parecer é pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 223/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 276/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração e o Município de MANOEL RIBAS, objetivando execução de reparos em próprios estaduais da sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. por unanimidade. — Aprovado.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 223/76**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**R E S O L V E:**

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30/12/75 entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Manoel Ribas, objetivando execução de reparos onde funcionam a Escola Estadual Pe. José de Anchieta, a Escola Estadual D. Pedro I, Escola Estadual Sagrado Coração de Jesus, Escola Estadual São Sebastião, Escola Estadual Santo Inácio, Escola Estadual São Marcos, e a Escola Estadual Reny Correa Gamper, da sede do referido Município.

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER À PROPOSIÇÃO 276/76**

A presente Proposição 276/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração e o Município de Manoel Ribas, objetivando execução de reparos em próprios estaduais naquela comuna.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do Município referido.

Isto exposto, nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Pe. Alois João Mann, ocorrido na cidade de Cascavel. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Comunidade Evangélica Luterana, pela comemoração dos seus 110 anos de existência. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela abertura em São Paulo, da XXX Assembléia Médica Mundial, bem como a transferência de posse de presidência da Associação Médica Mundial a ser exercida, desde o dia 25 último, pelo Dr. Pedro Kassab. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados ofícios aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Estado dos Recursos Humanos, sugerindo-lhes seja adotada por nosso Estado, fórmula semelhante àquela que consta na Constituição de Minas Gerais, e está prestes a ser adotada pelo vizinho Estado de São Paulo, quanto à contagem de tempo de serviço para fins de aposentadoria, prestado antes da vigência da Constituição de 1967. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet lido da tribuna, solicitando a inserção nos Anais da Casa, do Editorial publicado pelo jornal "Gazeta do Povo", no dia 26 do corrente sob o título "A Invasão dos Arruaceiros". — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações e regozijo pelo transcurso, em data de ontem, do 22º aniversário da Cia. Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, empresa das mais conceituadas e empreendedoras de nosso Estado. — APROVADO

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima quarta-feira, dia -3 de novembro, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 212, 213, 214, 215, 216/76.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 217, 219, 220, 222, 223/76 e do Projeto de Lei 100/76.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei 131/75, 109/76 e dos Projetos de Resolução 218, 221 e 224/76.

Fica marcada ainda, uma sessão extraordinária para a próxima quarta-feira, dia -3 de novembro, às 14,00 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 225/76.

Levanta-se a Sessão.

**PORTARIAS:****PORTARIA NÚMERO 572/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9410, de 22 de outubro de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 01/76, ao funcionário LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA, matrícula número 398, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de outubro de 1976

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 573/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9447, de 25 de outubro de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 01/76, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

IONE MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER — Mat. 470 - OL'23'

SEBASTIÃO DE CRISTO — Mat. 113 - OL PL "18"

SIOMARA LOPES GOMIDE — Mat. 446 - Taq. PL "26".

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de outubro de 1976

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 574/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo pro-

tolado sob o número 9425, de 22 de outubro de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 01/76, ao funcionário JOSÉ ESTEFANO BRITO WITOSLAWSKI, matrícula número 518, ocupante do cargo de nível PL "21" da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de outubro de 1976

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 575/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9368, de 21 de outubro de 1976, deste Poder

**R E S O L V E:**

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 01/76, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

MARIA NEIDE BOZA STIVAL - Mat. 221 - ASG - PL "15"

LINDAMIR GONÇALVES BORGONOVO - Mat. 212 - AL - PL "17"

BRIGIDA LOBO KOLAROVICZ - Mat. 556 - OA - PL "18"

NOIR PACHECO - Mat. 482 - OSG - PL "22"

BERTOLDO SCHWARBACH - Mat. 306 - OL - PL "22"

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de outubro de 1976

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 576/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob os números 8858 e 8222, respectivamente de 7 de outubro e 20 de setembro de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

designar, os funcionários NELSON FERREIRA DE ARAÚJO FILHO, matrícula número 251, ocupante do cargo de nível PL "23", e JOSÉ CHECHELISKI, matrícula número 393, ocupante do cargo de nível PL "19", ambos da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sob a Presidência do primeiro, constituírem Comissão Especial de Avaliação da máquina de contabilidade marca ASCOTA, modelo 170/45, de propriedade deste Poder Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de outubro de 1976

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

SÚMULA: Dá nova redação ao § 5.º do art. 41 da Constituição do Estado do Paraná.

O parágrafo 5.º do art. 51 da Constituição do Estado do Paraná, de 08 de maio de 1967, alterado pela Emenda Constitucional n.º 3, de 29 de maio de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

"A Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas, é constituída por procuradores, com as mesmas garantias dos auditores, nomeados pelo Governador, dentre brasileiros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos".

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1976.

(aa) IVO THOMAZONI	GILBERTO CARVALHO	PAULO CAMARGO
AGUINALDO PEREIRA LIMA	EZEQUIAS LOSSO	GABRIEL MANOEL
LÁZARO DUMONT	FUAD NACLI	JURANDIR MESSIAS
DÁCIO LEONEL	FRANCISCO ESCORSIN	EGON PUDELL
ALFREDO GULIN	WILSON FORTES	WERNER WANDERER
QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA	ERNESTO GNOATO	LUIZ ROBERTO SOARES
		JORGE SATO

## JUSTIFICATIVA

O presente ante-projeto visa unicamente corrigir uma disfunção literal da Emenda Constitucional n.º 3, que na redação do texto referente à Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas, por analogia, igualou a referida Procuradoria à Procuradoria Geral do Estado, dando-lhe vinculação à Secretaria da Justiça, no que não cuidou da diferença fundamental entre os dois órgãos.

É notória essa diferenciação nas atribuições de ambos, pois se à Procuradoria Geral do Estado cabe ampla atuação contenciosa na representação judicial ou extra-judicial ou como consultoria jurídica do Executivo, à Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas são pertinentes atribuições específicas de defesa do Executivo, como órgão auxiliar de fiscalização orçamentária e financeira, representando a Fazenda Pública, perante o referido Tribunal.

Essa é a situação de fato daquela Procuradoria, perfeitamente definida pelas Leis n.ºs 4584/62 e 5432/66 e dentro das mesmas normas seguidas em outras unidades federativas. Situação, aliás, que não se modificou, mesmo após a promulgação da Emenda Constitucional n.º 3, pois não sendo ela auto-aplicável e não havendo lei especial que a regulamentasse no que se refere à matéria em causa, permaneceu aquela Procuradoria a reger-se pelo que dispõem as Leis acima citadas cuja vigência o presente ante-projeto, se aprovado e transformado em Emenda Constitucional, virá convalidar. Com proveito, aliás, por definir de direito, dentro dos ditames do bom senso e da consagração do costume, pois, na realidade, trata-se apenas aqui, de corrigir o texto constitucional, extirpando-o de uma expressão intercalar que, além de desajustada, peca pela base e não se coaduna com a verdadeira atribuição e com o exato enquadramento de um órgão na estrutura administrativa estadual.